

COMO CITAR ESTE TEXTO:

Formato ISO

NASCIMENTO, Alexandre do. **Reforma Universitária: Dúvidas e Questões**. Rio de Janeiro: Revista Global, Número 3, 2004.

Formato Documento Eletrônico (ISO)

NASCIMENTO, Alexandre do. **Reforma Universitária: Dúvidas e Questões** . [citado dd/mm/aaaa]. Disponível na World Wide Web: <http://www.alexandrenascimento.com>.

REFORMA UNIVERSITÁRIA: DÚVIDAS E QUESTÕES

Alexandre do Nascimento

Em artigo anterior, defendi que há uma pergunta fundamental que deve ser analisada no debate da reforma universitária: *a universidade estatal é pública?* Pois diante da grande quantidade de movimentos que reivindicam a universalização do direito ao ensino superior, das resistências do corporativismo conservador presente na universidade pública – que é contra a reforma universitária e não parece estar interessado em disputar uma outra reforma – a resposta parece óbvia, ou seja, a universidade estatal no Brasil ainda não é pública. Ela possui um lado público, o do financiamento pelo conjunto da sociedade. O outro lado, o do acesso (aos serviços prestados, à produção de conhecimento e aos conhecimentos produzidos) ainda não é público. Para ser integralmente pública a nossa *universidade pública* precisa ser tornada comum. E tornar algo comum é fazer com que aquilo que se retira da sociedade retorne à sociedade. Vejam, por exemplo: as pesquisas são desenvolvidas, as maiores delas partem de conhecimentos tácitos, são financiadas por fundos públicos e não são satisfatoriamente disponibilizadas, muitas delas se transformando em publicações com preços proibitivos. É preciso criar formas para que o conjunto da sociedade possa participar dos processos de produção e difusão de conhecimento.

O governo anunciou as diretrizes e algumas propostas para o projeto reforma universitária que deve ser enviado ao Congresso Nacional: criação de novas vagas, política de cotas, programa de assistência estudantil, ciclo básico de estudos universitários, utilização do ENEN no processo seletivo, criação de um fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino superior. Para os movimentos sociais que querem quebrar as barreiras hoje existentes, o mais importante é uma nova política de acesso e permanência, um ponto fundamental se quisermos, de fato, democratizar a nossa universidade pública.

Anuncia-se a criação de 500 mil novas vagas nas universidades federais nos próximos 4 anos e, além disso, encontra-se no Congresso o projeto do Programa Universidade para Todos que propõe a estatização de vagas nas universidades particulares. Em relação ao Programa Universidade para Todos há algumas dúvidas: fala-se que serão disponibilizadas vagas nas instituições privadas (com recursos públicos) para pobres, negros, indígenas, portadores de deficiências e necessidades especiais, ex-presidiários e, talvez, os demais estigmatizados pela nossa sociedade

racista e discriminatória, e isso incomoda bastante os movimentos sociais. Mas, há uma questão: o Programa Universidade para Todos é para resolver o problema do acesso em face da demanda e da pressão cada vez maior, ou é para resolver os problemas do setor privado do ensino superior, que está em crise?

O governo confirmou, ainda, a intenção de instituir uma política de cotas. Esse talvez seja o ponto mais polêmico. E a polêmica é ainda maior quando o assunto é cota para negros, pois a cor da cota é mais problemática do que a cota. As entidades representativas das escolas privadas, o corporativismo acadêmico e outros setores são contrários, com argumentos que apresentam quase sempre dois "problemas": o mérito é colocado em segundo plano e a qualidade do ensino fica comprometida. Este argumento é, no mínimo, preconceituoso, pois considera a priori que os estudantes das cotas serão estudantes de baixo rendimento acadêmico. É, também, expressão da falta de argumentos de setores que não reconhecem o racismo e a discriminação como elementos produtores de desigualdades e que insistem em dizer que é preciso crescer para dividir. Ora, a proposta de cotas é uma importante medida, fruto da luta histórica do movimento negro e fundamental para um processo de democratização do ensino superior. Segundo pesquisa realizada na Unicamp, boa parte dos seus estudantes são oriundos de famílias com renda de até 5 salários mínimos, o que indica que está crescendo o número de estudantes de menor renda nas universidades públicas. Mesmo assim, a maioria dos estudantes vem do ensino privado e o acesso de estudantes negros ainda possui barreiras (raciais) que mantêm a estabilidade histórica da desigualdade entre brancos e negros.

A política de ação afirmativa governamental deve, entretanto, combinar cotas (que devem se estender também para docentes), programa de permanência, aumento gradativo de vagas e revisão de processos internos (currículo, dinâmicas, acesso às bolsas de pesquisa etc.). A proposta de criar um programa de assistência estudantil faz parte das intenções do MEC. De qualquer forma, é sempre bom lembrar: a promoção da igualdade é condição objetiva para um processo de democratização.

Sem dúvida há avanços na proposta governamental. Mas, algumas questões se colocam: não há perigo de criarmos dois tipos de ensino superior? (o ensino superior para negros, pobres, indígenas, deficientes, ex-presidiários e outros estigmatizados, e o ensino superior para as elites, o corporativismo e todos aqueles que são contra uma universidade verdadeiramente pública). Faz parte da proposta governamental estender a política de cotas para a pós-graduação e para os concursos de docentes? Faz parte da proposta governamental uma nova forma de aproveitamento de um(a) professor(a) aposentado(a), sem que seja através da possibilidade (imoral) de prestar um novo concurso, o que dificulta bastante a entrada de um(a) novo(a) professor(a) e permite a acumulação (anti-democrática)? Quais as propostas em relação às pesquisas? Sobre as pesquisas eu arrisco uma proposta, entre tantas que podem ser feitas, para torná-las mais democráticas: todas as pesquisas devem prever interlocução e devem ser obrigatoriamente disponibilizadas (sem custo adicional para a sociedade que as financiam) através da tecnologia do livro eletrônico; além disso, a sociedade deve ter meios de saber quais são os grupos de pesquisa, o que estão pesquisando e quanto receberam de recursos públicos.

Eis aí alguns desafios que o governo ainda deve enfrentar na elaboração da proposta de reforma universitária. A perspectiva é que o projeto de reforma universitária que o governo apresentará à sociedade seja um projeto de uma reforma democrática e democratizante.